

A Postura dos Editoriais frente ao Processo de Vacinação Contra a COVID-19¹

Audrey do Nascimento Sabbatini Martins²

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) de Bauru/SP

RESUMO

A postura dos editoriais dos Jornais Folha de S. Paulo e Estado de S. Paulo frente à temática do processo de vacinação é a discussão introdutória que se instaura neste artigo. Sendo os editoriais textos que trazem a voz das empresas jornalísticas, busca-se analisar como essa voz ecoou sobre as questões ligadas ao processo vacinação contra a COVID - 19, no mês de janeiro de 2021, momento em que se iniciou o processo de imunização no Brasil, tendo como meta observar se o posicionamento dos periódicos contribuiu para a tomada de atitudes responsivas dos agentes governamentais. O estudo se dará de forma a verificar a organização da narrativa e discursiva dos jornais supracitados, analisando como os editoriais edificam os discursos que representariam o interesse coletivo.

PALAVRAS-CHAVE

Editoriais; vacina; COVID-19; interesse coletivo.

Introdução

O estudo em questão aborda a postura do editoriais dos jornais Folha de S.Paulo e Estado de S. Paulo tendo como ponto o processo de vacinação contra a COVID-19.

Analisar a postura do editoriais é, na verdade, observar até que ponto as empresas jornalísticas se colocam a disposição da informação e da reflexão dos interesses coletivos ou simplesmente se equivalem dos interesses coletivos para divulgar seus próprios interesses.

¹ Trabalho apresentado no GP – Políticas e estratégias de Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação da FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Campus da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) de Bauru/SP, orientador Professor Dr. Carlo José Napolitano. Graduada em Letras - Português - pela Universidade do Sagrado Coração (USC). Mestra em Comunicação pela Universidade de Marília (UNIMAR). Professora do Centro Universitário de Bauru (CEUB) e da Faculdade Itiana de Botucatu (FAIB), mantidos pela Instituição Toledo de Ensino (ITE). Supervisora do Núcleo de Iniciação Científica do Centro Universitário de Bauru (CEUB). Membro efetivo da Academia Bauruense de Letras (ABL). aysabbatini@msn.com

Trata-se de um olhar importante porque dele se edifica uma discussão sobre questões da liberdade de imprensa e do comportamento das comunicações de massa numa sociedade democrática.

O afunilamento do olhar para os editoriais mostra também se as empresas cooperam ao trazer à baila questões de interesses coletivos, elas circudam e cobram – a partir de suas reflexões – atitudes responsivas ou se somente fomentam questões que evidenciariam a envergadura política que seriam apropriadas aos seus interesses.

Ainda que os editoriais sejam a voz das empresas jornalísticas, tais empresas ao se colocarem com investigadoras e canais transparentes de informação, deveriam atender aos objetivos prescritos na liberdade de imprensa e promoverem ideias que resultariam em debates. Não se pode negar que estas empresas não promovem ideias mas é fato que, o modo como se opera a promoção destas ideias muda o foco das dicussões e – em nome do interesse coletivo – atende-se não necessariamente aos interesses civis.

Analisar os editoriais de dois veículos ícones do jornalismo brasileiro, tendo como ponto a questão da legitimidade do interesse geral a partir do fato da vacinação define a comunicação destes veículos, pois o desenvolvimento de um procedimento e a elaboração de uma decisão em nome do interesse coletivo, apresenta a interface da comunicação política no âmago da comunicação de massa, talhando a expressão dos periódicos como fomento do conflito ou agentes que contribuem para edificação de uma sociedade democrática.

O raciocínio aqui proposto se dá em dois momentos. O primeiro apresenta as interfaces dos editoriais frente aos aspectos que fomentam a democracia ante aos interesses das empresas jornalísticas propondo uma explanação que envolve os interesses coletivos sendo o ponto de partida para satisfazer os interesses das empresas sob o manto da legitimidade social propagado através da ideia de investigação jornalística e meio de acesso a informações institucionais.

O segundo momento traz à baila a abordagem dos editoriais em relação à vacina listados no mês de janeiro de 2021, momento em que se iniciou a vacinação no Brasil, evidenciando a interrelação entre os interesses coletivos e a envergadura discursiva que o editorial aduz.

Dá-se então a considerações finais sobre a discussão acenada de modo a enfatizar o comportamento dos editoriais frente a questões que alinhavam os interesses coletivos mas permitem visualizar os interesses das empresas jornalísticas.

2 As interfaces dos editoriais fomentos à democracia ou aos interesses das empresas jornalísticas

Sendo os editoriais textos que configuram a postura das empresas jornalísticas, entende-se que, ainda que expressem os interesses das empresas as quais representam, eles legitimam – a partir da visibilidade conferida – a autoridade de agentes políticos. (MONT'ALVERNE, 2016).

Há entre os interesses coletivos e os interesses das empresas jornalísticas um meio fio que dialoga, a partir da visão investigativa que se aloja como ponto inicial das empresas jornalísticas, afere-se a legitimidade social nascedoura de uma mediação entre as ações de personagens políticos e a esfera civil.

Observa-se que ao (re) construir a realidade como se fosse uma reflexão sobre o fato, os periódicos, no interim do processo de mediação, não se ampara somente na exposição dos fatos, mas se exaure como uma reflexão que fomenta alguns aspectos em detrimento a outros, ou seja, dá-se visibilidade a alguns pontos de determinadas questões, legitimando umas ações em detrimento a outras que nem sempre respondem aos interesses coletivos.

Os periódicos atuam sobre a sociedade na medida em que partem do mesmo ponto do interesse público mas no caminhar dessa narrativa enfatizam alguns pontos, dando visibilidade a uma face da questão que não é necessariamente aquilo que responderia aos anseios e questionamentos dos interesses coletivos, há neste ponto um distanciamento entre o que seria fomento ao interesse coletivo e aquilo que a empresa jornalística vê como necessário ao interesse coletivo, um recorte sobre o fato que aglutina e aproxima, transformando o interesse da empresa jornalística comum ao interesse coletivo, de forma a macular a questão da legitimidade social.

Esse imbricamento que nasce com o manto da investigação, cresce sob a ótica de trazer a reflexão, traveste-se de ações que favorecem os interesses coletivos culminando somente a visão da empresa jornalística, maculando o exercício de que serem arautos da sociedade, dos interesses coletivos, investigadores de um fato para se transporem interventores da opinião pública.

Há logo uma questão muito delicada, pois à medida que “o Jornalismo dispõe da possibilidade de oferecer aos cidadãos uma forma de compreender o mundo, especialmente, no que se refere a instituições às quais eles não têm acesso cotidianamente – a não ser através dos *medias*. Reconhece-se que os produtos do campo jornalístico são mais fatores no processo de influenciar a opinião dos cidadãos.” (MONT’ALVERNE, 2016, p.12)

Os periódicos criam uma lógica de legitimidade social aparente, mas que sedimenta somente os interesses das empresas jornalísticas acoplado a partir do interesse coletivos e aqui reside a questão sobre o perfil do editorial num sociedade democrática; afinal se se entende que o jornalismo é o elemento essencial para fortalecer o regime democrático, há de se entender também que a comunicação não é um componente da democracia mas o seu próprio modo de ser (SIGNATES, 2011, p.12-13); afinal a relevância dada a determinada questão – ainda que nascida em uma questão de anseio coletivo – desenha a forma de ver da coletividade e, dessa maneira, questiona-se a equidade de vozes existentes na sociedade, pois o ecoar dos editoriais nem sempre caracterizam o ouvir dos interesses coletivos.

Esbarra-se então nas questões que versam sobre a liberdade de imprensa que seria analisada de maneira positiva ao incentivar os variados pontos de vista, aumentando o acesso à informação e valorando os debates que promoveria a troca de ideias de modo a reduzir tensões; porém ao analisar a postura dos periódicos que favorecem os interesses das empresas jornalísticas a partir de um fio condutor dos interesses coletivos e que, na ágora da atualidade – as informações sobre as instituições são veiculadas pelos jornais – há então um processo monopolizador do ponto de vista que se torna conflitante com o intento da liberdade de imprensa que deveria incentivar vários pontos de vista; porém insere o seu ponto de vista como aparente reflexão.

Mas se o acesso às informações sobre as instituições são – majoritariamente – veiculados a partir do jornal e, se o jornal em seu periódico inclina-se a expressar o ponto de vista que cabe aos interesses da empresa jornalística, tem-se aqui um abcesso na liberdade de imprensa que não incentivaria os mais variados pontos de vista, ferindo de certo modo o que se entende por democracia.

Há ainda no ponto de vista oferecido pelos periódicos, pelos jornais também uma negociação que evade do interesse coletivo mas serve ao interesse da empresa que é entremeadado por uma co-dependência existente entre os agentes políticos e os *media*, ou

seja, a visibilidade oferecida aos agentes políticos pelos meios de comunicação em massa, garante-lhes sucesso na carreira, ainda que a visibilidade não seja o ponto que garanta tal sucesso (MONT'ALVERNE, 2016), a figuração em meios que gerem credibilidade é o agir de acordo com a lógica jornalística trazem implicitamente a credibilidade necessária para o início e ou decolar da carreira.

Assim se viu no tocante à vacinação contra a COVID-19, o interesse coletivo estava em voga quando se via a necessidade da vacina para controlar a perda de vidas e ainda evitar o aumento de internações que já não conseguiam atender a todos devido ao limite de leitos e ainda a estagnação do profissionais da saúde; porém os editoriais ainda que levantassem o interesse da importância da vacinação vergavam seu discurso para questões de escândalos políticos mostrando de maneira bem definida o posicionamento político da empresa jornalística e – ao invés de enfatizar atitudes responsivas em relação ao aumento da vacinação – inclinavam mais a mostrar os meios que interceptavam e os jogos de ambição políticas bem como os confrontos entre os governos em relação a tomada de decisões sobre o interesse real que seria vacinar a população.

3 O Olhar dos Editoriais para o Início do Programa de Vacinação no Brasil

O mês de janeiro de 2021 passou a ser um divisor de águas para a pandemia no Brasil. Com o anúncio do início da vacinação, a esperança de se “poder respirar” e retomar as atividades da maneira mais próxima do normal trouxe ao país um novo olhar.

O início do processo ainda lento e dificultoso foi capa de jornais e mote dos editoriais.

O levantamento feito dos editoriais dos Jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2021, observou que no jornal Folha de São Paulo num total de 31 editoriais publicados no período acima descrito, 10 trataram do tema vacina. O jornal O Estado de São Paulo trouxe no período a monta de 62 editoriais tendo em vista a publicação de dois textos diários e tratou diretamente do processo de vacinação em 05 deles.

Nota-se somente pelo número de abordagens quantitativas um perfil diferenciado entre as duas empresas jornalísticas que já situa o leitor sobre diferentes formas de visualizar a questão da vacinação.

3.1 Aspectos veiculados pelos Editoriais da Folha de São Paulo

O jornal Folha de São Paulo traz em suas edições apenas um editorial e, ainda assim, observou-se que um terço deles veiculou o tema da vacinação. Nota-se que há nestes textos um olhar político aguçado e que não há somente a descrição do fato, mas uma avaliação das atitudes dos personagens políticos. Sendo os editoriais a voz da empresa jornalística, seus textos mostram o quanto as empresas jornalísticas poderão apresentar conflitos com os personagens políticos, tendo em vista seus interesses.

A leitura dos editoriais do jornal FSP durante o mês de janeiro de 2021, que marcou o início da imunização no Brasil, pôde-se observar o posicionamento do jornal frente a vacinação, as instituições e aos personagens políticos.

Enquanto a FSP se preocupou em enfatizar em seus textos desde o cenário mundial da vacinação em 05 de janeiro de 2021, ao tratar da Inépcia Mortal, momento em que faz uma alusão a condição de vacinação de forma irregular no cenário mundial, reforça logo no subtítulo o seu posicionamento ao enunciar “a incompetência de Bolsonaro”, momento em que no texto compara a porcentagem de pessoas vacinadas e daquelas que há previsão para serem em outros países como o México, os Estados Unidos, Israel; montando claramente que o Brasil apresenta um atraso.

Em 06 de janeiro faz alusão à competição entre o sistema público e o privado no tocante à vacinação e intitula seu texto “Vacina venha de onde vier”; no dia 09 de janeiro de 2021, com o título “Vacina para ontem” o editorial alude à licença emergencial para a vacina coronavc como um teste de fogo para Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); em 13 de janeiro de 2021, com o título “A conta da eficácia”, o editorial traz à baila a administração de João Dória (PSDB) – governador do Estado de São Paulo – gerando um risco em potencial a credibilidade do imunizante Coronavac e uma tentativa imediata de consertar o dito numa entrevista coletiva. Na data de 18 de janeiro de 2021, o editorial tece seu texto enaltecendo a autonomia da ANVISA, com o título “Vacinas, enfim” e com um subtítulo iniciado por uma conjunção concessiva, mostrando que mesmo com resistência atitudinal do presidente Jair Bolsonaro e do então ministro da saúde, Eduardo Pazuello, a vacinação no Brasil tem seu início. Em 19 de janeiro de 2021, o editorial intitulado “Sequelas do atraso”, traz a questão da velocidade da vacinação no país tendo em vista a questão da descredibilidade anunciada pelo presidente e ainda acentua o efeito mais adverso que seria a falta de suprimentos.

Dia 28 de janeiro de 2021, o editorial da FSP com o título “Dobrar o alcance” trata da questão da aplicação da segunda dose e enuncia as picuinhas existentes entre os governos federal e estadual no tocante ao processo de imunização.

Em 30 de janeiro de 2021, o editorial “Vacina Informativa” alude a união do veículos de imprensa para fornecer informações sistêmicas sobre a COVID-19 e trata dos encontros entre a mídia e o presidente.

31 de janeiro de 2021, “Vacine ou empobreça”, faz um recorte comparativo dizendo que o processo de imunização contra o coronavírus deveria equivaler a uma guerra e que se deveriam mobilizar recursos nacionais para o bem comum.

Observa-se que os editoriais ao tratarem dos personagens políticos e das instituições deixam claro o posicionamento da empresa, a qual representam, tendo em vista a atuação destes últimos e mostram, de maneira ávida, um julgamento de seus atos.

3.2 Aspectos veiculados pelo jornal O Estado de São Paulo

O jornal O Estado de São Paulo em suas edições apresenta em sua diagramação dois textos caracterizados como editoriais. No mês de janeiro de 2021, o jornal publicou um total de 62 editoriais em suas 31 tiragens e, desses 62 textos em apenas 05 tratou da temática vacina.

A abordagem do veículo de comunicação alinhavou o tema com alusões ligadas a questões voltadas para o planejamento administrativo. Observa-se essa relação quando em 05 de janeiro de 2021, o texto “Incompetência Criminosa” mostra a indignação do folhetim ao enunciar que não houve compra de seringas e agulhas que são produtos necessários ao processo de imunização lançado em dezembro e intitulado plano de vacinação. A abordagem do jornal se mostra enfurecida com a falta de planejamento e com a restrição de exportação de seringas e agulhas.

No dia 09 de janeiro de 2021, o jornal traz em um de seus editoriais “ A solução não veio de Brasília” enaltece a tomada de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e as atitudes dos prefeitos e governadores em relação ao ímpeto de combate ao coronavírus.

Em 11 de janeiro de 2021, o jornal alcança em seu um de seus editoriais “2021, ano de prova” a questão da pandemia mostrando a disparidade que ampliou entre os países ricos e países pobres, não tratando diretamente da vacina mas fertilizando a questão da união entre países e da necessidade de empatia, solidariedade e compreensão.

Na data de 21 de janeiro de 2021, o jornal traz em seu editorial “Ainda longe da vacinação em massa” mostra a preocupação do folhetim com PNI – Programa Nacional de Imunização e a quantidade de vacinas à disposição, deixando clara sua insatisfação com atuação do presidente em relação ao combate da pandemia.

Em 27 de janeiro de 2021, ao tratar do multilateralismo, o editorial “Multilateralismo e cooperação”, o editorial festeja a derrota do trumpismo e das ideias seguidas por Bolsonaro e traz um texto validando o enfrentamento a COVID-19, a garantia de vacinas para todo mundo, um crescimento equilibrado, a reativação da economia em um mundo com visão mais inclusiva e com olhar atento ao meio ambiente, enaltecendo o discurso do presidente da China Xi Jinping.

O folhetim mostra seu posicionamento de maneira mais sóbria, mas não deixa de mencionar os atores políticos, validando ou não seu ponto de vista sobre suas ações.

3.3 As Influências e interferências

É nítida a influência que a política exerce no jornalismo e a influência do jornalismo na política; como afirma Miguel, (2003, p.119) “os meios de comunicação e a política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistência; na verdade trata-se de um processo de mão dupla”, há logo uma dependência que une os dois campos; pois o meio político precisa da visibilidade que a comunicação oferece e a comunicação – em seu campo – precisa dos relatos das ações políticas para que se tenham histórias, ou seja, para que o jornalista tenha fonte. (MONT’ALVERNE, 2016).

Observa-se no discurso dos 10 editoriais do jornal Folha de São Paulo que tematizam durante o mês de janeiro de 2021 a questão da vacinação, a presença de índices que mostram aspecto da falta de atitude governamental frente ao combate da pandemia e que a citação do nome do Presidente Jair Bolsonaro é recorrente, mostrando claramente a ação política como fonte para a comunicação e ainda com influência da política na comunicação.

Nos 05 editoriais que tratam do tema da vacinação do jornal O Estado de São Paulo”, em três deles a inferência feita ao presidente aparece diretamente mostrando a falta de planejamento em relação as atitudes tomadas para o combate da COVID-19 é

menção direta; já nos outros dois mostram ações que indiretamente se ligam a falta de planejamento emoldurada.

Há logo uma influência premente do campo político dentro dos editoriais que marca o posicionamento da empresa jornalística.

As influências e ou interferências do campo da política no campo da comunicação principalmente nos editoriais seriam auxiliares no tocante aos interesses coletivos ou seriam somente fomentadores de discussões e não auxiliariam na busca por atitudes responsáveis por parte dos personagens políticos e das instituições? Estaria o editorial agindo de maneira coesa numa sociedade democrática?

Vale entender que de acordo com Bobbio (2012, p.157) democracia seria “um regime caracterizado pelos fins ou valores em direção aos quais um determinado grupo político tende e opera”, dessa forma, ainda que o interesse coletivo não esteja voltado para a atuação do presidente, as reações dessa atuação interferirá diretamente nas ações que seriam de interesse coletivo como no caso a intensificação de recursos para que se tivesse mais produção de vacina ou ainda o exemplo do presidente descredibilizando a vacina produzida pelo Instituto Butantan o que gerou polêmica e atraso na produção de vacinas.

Atitudes com a falta de planejamento para ações de combate à pandemia, trouxeram consequências inimagináveis no atraso e no aumento de mortes e infectados.

Afinal, para que se busque atitudes responsáveis faz-se necessário identificar quem seriam os o personagens que deveriam agir.

Ressalta-se ainda que o jornalismo – ainda que legitime determinada postura e ou ação de uma personagem política - traduz a possibilidade de vibilizar diferentes perspectivas e concepções políticas, dessa forma, contribui para um fluxo alternativo de comunicação política, como afere Gomes (2019, p.78)

O que o jornalismo garante para a esfera civil é um fluxo alternativo de comunicação política, fora do controle dos interesses do campo político, portanto, aparentemente mais confiável e mais respeitoso do interesse civil, do interesse público. Além disso, o trabalho de redução das zonas de segredo da política e a exibição, nos seus fluxos informativos à disposição de todas as audiências, daquilo que o mundo da política preferiria que fosse reservado e preservado, certamente prestam um enorme serviço à esfera civil, no mínimo para a formação do seu voto. Há, portanto, funções para a democracia, mesmo reduzida à democracia eleitoral, que só um jornalismo comprometido com a ideia de interesse público é capaz de cumprir. (GOMES, 2009, p. 78)

Dessa maneira, ainda que haja no teor do texto do editorial o posicionamento da empresa jornalística, ele presta um serviço de divulgador daquilo que poderia e ou se quereria que ficasse maculado; agindo dessa forma de maneira coesa com a sociedade democrática, pois se compromete com o aspecto revelador de colocar luz no que o escuro densa e, neste interim permite a participação mesmo que não imediata mas mediada, imbuindo o que não está na íntegra do interesse coletivo, mas em parte dele.

4 Considerações finais

A inferência do campo político existente nos textos dos editoriais suscitam a ideia de que – ainda que o texto dos editoriais estejam mais preocupados em fomentar as questões relativas aos interesses coletivos do que em efetivamente angariar uma atitude responsável por parte dos personagens políticos e das instituições; a reação que o fomento traz acaba por gerir uma atitude que indumentará e cobrará uma ação.

Há logo uma congregação entre interesses, ou seja, difunde-se o interesse coletivo no posicionamento da empresa jornalística. No caso do processo de vacinação, observa claramente que o posicionamento no editoriais expressam como mote inicial a questão da necessidade de imunização bem como a importância dela para a proteção da população e preservação da saúde pública; porém mostram em seus posicionamentos diretos que deflagram atitudes de intuições e dos personagens políticos que emergem outros olhares.

Evidenciam não somente a necessidade de um planejamento em relação ao Plano Nacional de Imunização (PNI), mas vão muito além mostrando o desgoverno e a condição acéfala no modo de condução das políticas públicas que impedem que os anseios coletivos sejam atendidos.

Não se trata de um “deserviço” como quer alguns, mas de uma abertura de olhares que talham não somente o necessário mas que aquilo que imperra a realização do que é necessário.

A trajetória discursiva permeada pelos editoriais não deixa de respeitar a liberdade de imprensa, pois permite que o leitor tenha acesso a diversas informações sem a interferência do Estado, dessa forma, o discurso dos editoriais “não simplesmente é aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOCAULT, 2014, p.10).

Assim, ainda o posicionamento extirpado e ou defendido – ao contrário do que muitos aferem não se trata de tentar imbuir e ou impor opiniões a outrem, mas deixa claro que – por se tratar de um texto opinativo – valer-se-á de sua caracterização para demonstrar sua opinião e trazer a ágora moderna um outro olhar nascido da preemência dos interesses coletivos e que busca não o fomento, mas com o fomento induzir a ações àqueles a quem seus atos responderiam a anseios coletivos.

Há logo nos editoriais visualizados a condição de exposição dos interesses coletivos, porém há neles também um posicionamento político da empresa jornalística muito forte; porém um não anula o outro, mas sim um acentua o outro na canalização para atitudes responsivas em relação à imunização.

O posicionamento político não deixa, nos discursos dos editoriais, de imbuir a necessidade de uma ação, dessa forma, ainda que se fomenta determinado ponto de vista político, tal ação se fixa como fermento para a discussão sobre os atrasos e pouco investimento tanto financeiro quanto científico no processo de vacinação e, que, esta ausência de zelo e planejamento fez que com que muitas vidas se perdessem se se quer tem a chance de serem imunizadas e ter na luta contra o coronavírus mais uma arma.

5 Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da política. Paz e Terra – São Paulo – SP, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, 24ª. Edições Loyola – São Paulo – SP, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, ano 100, Opinião. <https://acervo.folha.com.br/busca.do?sort=asc&page=2&decadeStatus=&keyword=&periododesc=01%2F01%2F2021++31%2F01%2F2021&por=Por+Per%C3%ADodo&startDate=01%2F01%2F2021&endDate=31%2F01%2F2021&days=&month=&year=&jornais=Acesso em 14 de março 2021>.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teorias do jornalismo. Insular – Florianópolis, 2009.

MIGUEL, L. F. **Capital político e carreira eleitoral**: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 20, p. 115, 2003.

MONT'ALVERNE, C. **Pródigo em Decisões contra o Interesse Público**: Imagem Pública, Agendamento e Enquadramento do Congresso Nacional Nos Editoriais Dos Jornais O Estado De S. Paulo E Folha De S. Paulo.2016. 248 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós- Graduação em Comunicação do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará- Fortaleza, CE, 2016.

O ESTADO DE S.PAULO, São Paulo, ano 142. Notas e Informações. Seção A3. <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20210127-46488-nac-3-edi-a3-not>. Acesso em 10 de março de 2021.

SIGNATES, L. **Comunicação como política pública**: da abrangência teórica às questões políticas. *Ser*, Goiânia, v.1, n.1, p.4-19, jul./dez. 2009